

## POR NENHUM DIREITO A MENOS TRABALHADORES PROMOVEM PARALISAÇÕES PELO BRASIL



**M**otivos não faltam. Ameaça de terceirização sem limites; de desmonte da saúde e da educação; de entrega do pré-sal; de privatizações; de reforma da Previdência. Foi contra essa série de ataques que diversas categorias em todo o Brasil, incluindo os bancários, cruzaram os braços na sexta 11, Dia Nacional de Paralisação convocado pela CUT, numa frente ampla de resistência articulada com movimentos sociais para barrar a tentativa de retirada de direitos dos trabalhadores pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

*"O ataque que está sendo co-*

*locado é o ataque aos nossos direitos e ao nosso futuro", resumiu o presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, destacando a luta contra a PEC 55 (antiga PEC 241), que vem sendo chamada de "bolsa-banqueiro" e "PEC do fim do mundo". "Com o crescimento da população, por um lado, e a redução de investimentos em saúde e educação por 20 anos, de outro, teremos problemas muito sérios. E para garantir esse desmonte do Estado, eles vão privatizar o Banco do Brasil e a Caixa."*

Os trabalhadores somaram forças com os estudantes que ocupam centenas de escolas, institutos federais e universidades país afora.



Em Brasília, com o apoio do Sindicato, a torre do Edifício Banco do Brasil localizada na Asa Norte foi fechada pelos bancários logo no início da manhã. Em seguida, cerca de 70 agências também tiveram suas atividades paralisadas até a hora do almoço.

Os protestos foram o ponto alto de uma semana de intensa mobilização, que teve início com uma vigília na segunda 7, quando o Sindicato recebeu em sua sede um debate sobre a terceirização. Promovido pela CUT Brasília, que horas antes havia realizado panfletagem na rodoviária do Plano Piloto alertando

para os perigos desse tipo de subcontratação, o evento contou com a presença de especialistas que chamaram a atenção para o que significa, na prática, o STF liberá-la.

Na terça-feira (8) à noite, como parte da vigília, foi realizado debate sobre o assunto em frente ao STF, em cuja pauta

de julgamento, na quarta (9), estava a ação que pode autorizar a terceirização irrestrita (leia na página 2).

Na quinta-feira (10), o Sindicato promoveu discussão sobre a PEC 55, em sua sede. Com a presença de renomados especialistas, a conclusão do debate foi de que a chamada "PEC da

morte" ou do "fim do mundo", como o próprio nome sugere, significa um grande retrocesso. Análise técnica feita por consultoria do Senado concluiu que a PEC é inconstitucional (leia no portal do Sindicato).

### Mulheres têm atuação de destaque

Como acontece em todas as atividades do Sindicato, as mulheres tiveram papel de destaque no Dia Nacional de Paralisação, para reforçar a luta contra a retirada de direitos. A participação delas é fundamental para somar forças e avançar nas lutas.





## JULGAMENTO DA AÇÃO QUE LIBERA A TERCEIRIZAÇÃO É ADIADO PELO STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou no dia 9 o julgamento da ação movida pela Cenibra (empresa de celulose) que trata da liberação da terceirização das atividades-fim das empresas.

A ação trata do Recurso Extraordinário 958252 contra acórdão da Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que manteve decisão do Tribunal Regional que julgou ilícita a terceirização praticada pela empresa, "tendo

em vista a transferência fraudulenta e ilegal, pela reclamada, de parte de sua atividade fim, com o 'nítido propósito de reduzir custos de produção'". A decisão, segundo o Tribunal Regional, estaria em conformidade com a Súmula nº 331 do TST.

O parecer da Procuradoria Geral da República (PGR) é pelo não conhecimento ou pelo desprovimento do recurso extraordinário. A decisão da Corte terá

repercussão geral, ou seja, se estenderá a todas as demais instâncias do judiciário. Não há data marcada para nova votação. Pela manhã, a CUT chegou a entrar com um pedido de adiamento do julgamento.

Do lado de fora do Tribunal, centenas de trabalhadores, de diversas categorias vindas de todo o país, entre elas bancários, se reuniram em vigília para pressionar os ministros a não aprovarem a liberação da terceirização sem limites.

## PROPOSTA DE PLR DO BRB PRIVILEGIA OS MAIORES SALÁRIOS



Desde a data-base dos bancários, o BRB manifestou a intenção de repetir o mesmo modelo de distribuição da PLR praticado no primeiro semestre deste ano. O Sindicato trouxe para a mesa aquilo que é uma demanda dos funcionários: o recebimento proporcional ao atingimento das metas.

O Sindicato reivindica que cada unidade receba a PLR proporcionalmente ao seu grau de atingimento, levando-se em conta, para este fim, o atingimento a partir de 70% da média ponderada da agência. Por exemplo: se a unidade ou agência atingir 75%, ela receberá, na parte vinculada à meta, 75% da parte variável da PLR; se 80%, receberá 80% da parte vinculada à meta, e assim por diante.

O que surpreendeu negativamente foi a mudança brusca de direção por parte do banco que, em resposta ao pleito dos funcionários, trouxe, em nova rodada de negociação na quinta (10), a proposta que, segundo ele, seria uma "flexibilização": as unidades receberiam a PLR proporcional a partir do atingimento de 95%

da média dos produtos, desde que atingisse também como percentual mínimo 95% em cada produto - hoje o percentual mínimo é de 70%.

O banco ainda piorou a proposta ao apresentar que essa "flexibilização" seria acompanhada de uma mudança no percentual de distribuição linear da PLR, que passaria a ser de 40%, e o vinculado a meta, 60%. Hoje, o percentual linear é de 60%, e o vinculado à meta, 40%.

Segundo o secretário-geral do Sindicato, Cristiano Severo, da forma como foi apresentada pelo BRB, a proposta constitui um engodo. "Isso porque, quando a instituição diz 'flexibilizar' a média para 95% e exige pelo menos 95% em cada produto, a dúvida que fica é: teria como o atingimento ser inferior aos 95%? Então, qual a flexibilização?

Após argumentações do Sindicato, o banco apresentou alguma alteração na proposta, ainda insuficiente: recebimento a partir de 90% da média dos produtos, mantendo-se os atuais patamares de cada produto, e alteração dos percentuais

linear e do vinculado à meta para 50%.

Para Cida Sousa, diretora da Fetec-CUT/CN, não deve haver alteração dos atuais percentuais de linearidade.

Segundo Daniel de Oliveira, diretor do Sindicato, "o modelo discutido com os funcionários há algum tempo traz mais justiça, pois haveria a consideração do trabalho de cada unidade em vez de jogá-lo no lixo como é feito hoje quando não se alcança 100%".

### Sindicato repudia nota do banco

O Sindicato repudia a nota sobre as negociações da PLR divulgada pelo banco, onde ameaça judicializar a discussão, demonstrando absoluta incapacidade de diálogo.

## CARTÃO BRB: 8% E ABONO DE R\$ 3.500

Os funcionários da Cartão BRB conquistaram este ano 8% de reajuste e o abono de R\$ 3.500 (brutos), o mesmo acordado entre bancários e Fenaban. A Cartão BRB é controlada pelo BRB, que detém 70% da empresa, e tem como sócio a Associação dos Empregados do BRB, detentora dos outros 30%.

O Sindicato está procedendo às tratativas para representar os funcionários da Cartão BRB, conforme o próprio estatuto da entidade sindical assegura.

# SINDICATO VAI INGRESSAR COM AÇÃO COLETIVA PARA TESOUREIROS COBRANDO DA CAIXA 7ª E 8ª HORAS

O Sindicato vai ingressar com uma ação coletiva na Justiça cobrando da Caixa Econômica Federal o pagamento das 7ª e 8ª horas trabalhadas indevidamente pelos tesoureiros. Os bancários sindicalizados ou que se sindicalizarem terão de manifestar a opção para a propositura da ação por escrito, através da assinatura de um termo, que está disponível no portal do Sindicato.

Depois de preencher o documento, onde deve constar o período em que exerceu a função de tesoureiro (informar

a data após preencher o CPF), o bancário deverá imprimir-lo em duas vias e entregá-lo no Sindicato (EQS 314/315 – Asa Sul) até o dia 6 de dezembro, para que a protocolação do processo seja feita antes do recesso do Judiciário.

*“É importante que os tesoureiros que tenham a intenção de ingressar com a ação de 7ª e 8ª horas se manifestem o quanto antes, pois o tempo é curto, em virtude do recesso judiciário em dezembro”, alerta Antonio Abdan, secretário de*



Divulgação do Sindicato e empregado da Caixa, lembrando que, nesta ação, o Sindicato ingressará em nome dos listados, como substituto processual.

## Plantão jurídico dia 26

Para tirar dúvidas e prestar maiores esclarecimentos aos bancários, o Sindicato realizará um plantão jurídico no dia 26 (um sábado), das 9h às 12h, com a presença da diretoria da entidade.

## ITAÚ, SANTANDER E BRADESCO

### MESMO LUCRANDO, BANCOS PRIVADOS SEGUEM DEMITINDO EM MASSA

Os três maiores bancos privados do país – Santander, Itaú e Bradesco – são recordistas em demissões, embora continuem obtendo altíssima rentabilidade em meio à crise econômica que o país atravessa. As reduções do quadro ocasionam piora nas condições de trabalho, superlotação das dependências, filas intermináveis, adoecimentos dos

trabalhadores e violência por parte dos clientes.

Nos nove meses deste ano, enquanto o banco espanhol teve um lucro de R\$ R\$ 5,350 bilhões, efetivou 2.495 demissões. O Itaú lucrou R\$ 16,3 bilhões e demitiu 2,7 mil bancários. Já o Bradesco teve um lucro de R\$ 12,736 bilhões, neste período, mas em contrapartida, em 12 meses,

cortou 4.790 postos de trabalho. O número não leva em conta os funcionários incorporados com a aquisição do HSBC.

O alto número de demissões e a falta de funcionários nos locais de trabalho, além de alto índice de problemas de saúde, preocupam o Sindicato, que cobra dos bancos o fim dessa política e exige respeito com seus funcionários.

## ASSOCIADOS DA CASSI DECIDEM SOBRE ACORDO EM CONSULTA QUE VAI ATÉ O DIA 21. SINDICATO ORIENTA APROVAÇÃO

Os associados da Cassi (ativos e aposentados) participam de Consulta ao Corpo Social para votar o acordo negociado com o Banco do Brasil pelas entidades representativas do funcionalismo (Contraf-CUT, Anabb, AAFBB e FAABB). Com início no dia 11 passado, o prazo para votação vai até o próximo dia 21.

O acordo garante aporte de R\$ 40 milhões mensais à Cassi até dezembro de 2019. Os associados recolherão R\$ 17

milhões, por meio de contribuição extraordinária de 1% sobre o salário ou aposentadoria, até dezembro de 2019. Durante o mesmo período, o BB aportará R\$ 23 milhões mensais, reajustados anualmente, para reembolsar despesas com programas e unidades próprias da Cassi, obrigação que será prevista em contrato a ser celebrado entre

a Caixa de Assistência e o banco.

O acordo negociado reequilibra as contas da Cassi e garante a tranquilidade do associado e de sua família. O Sindicato dos Bancários de Brasília, a Contraf-CUT e a Comissão de Empresa apoiam a sua aprovação.

Confira no portal do Sindicato como votar e também mais informações sobre o acordo.



# JUSTIÇA RECONHECE LEGITIMIDADE DO SINDICATO PARA AJUIZAR AÇÕES EM NOME DA CATEGORIA

A categoria bancária teve mais uma vitória no dia 9. Confirmando o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a ação requerendo 7ª e 8ª horas extras na Diretoria de Governo do Banco do Brasil teve seu recurso de revista provido para reconhecer a legitimidade ativa do Sindicato em ajuizar ações trabalhistas em nome da categoria.

O TST, corte máxima trabalhista, possui entendimento pacificado quanto à possibilidade do Sindicato de substituir

processualmente os bancários em ação de horas extras. Tanto é que já tivemos sucesso no reconhecimento da legitimidade nos seguintes processos do BB:

1914-71.2014.5.10.0013 (DIMAC)  
1899-23.2014.5.10.0007 (DIREO)  
1934-62.2014.5.10.0013 (DIGOV)  
1913-68.2014.5.10.0019 (SECEX)  
1856-77.2014.5.10.0010 (DIREF)  
1913-86.2014.5.10.0013 (DICOM)  
1661-58.2010.5.10.0002 (GRUPO DITEC)  
1675-39.2010.5.10.0003 (GRUPO DIPES II)

1689-02.2010.5.10.0010 (GRUPO COGER)  
0878-81.2011.5.10.0018 (ASSISTENTE A UA)

Em relação às demais diretorias, a expectativa é que os processos, ao serem encaminhados para o TST, tenham o mesmo reconhecimento, já que, diferentemente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o TST e o STF admitem a possibilidade de ajuizamento de ações em substituição processual de forma coletiva pelos sindicatos.

## ARTIGO Impactos e desdobramentos do PL que trata da revisão de benefícios

A Medida Provisória 739, de 07 de julho de 2016, que instituiu o "Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica" e determinou a convocação dos segurados em gozo de auxílio-doença e aposentados por invalidez para serem submetidos a perícia de revisão perdeu a validade na última sexta-feira, 04/11/2016. No entanto, significativos já são seus impactos na vida dos segurados, na medida em que as tais perícias bonificadas já causaram repercussões aos que estavam em gozo de benefício por incapacidade.

De início, cumpre esclarecer que as tais perícias bonificadas tiveram como alvo os auxílios-doença e aposentadorias por invalidez (inclusive os judiciais), sem data programada de cessação, ou seja, àqueles que não tinham data final para cessar ou perícia médica agendada.

De outro lado, estão os segurados em gozo de "benefício novo", que estavam passando por perícias sucessivas, no intuito de terem seus benefícios concedidos ou prorrogados, através dos Pedidos de Prorrogação, Reconsideração ou Recurso para a Junta da Previdência Social.

O fato das perícias alvo da Medida provisória serem bonificadas aos peritos,

no valor de R\$60,00 causou, de imediato, prejuízo às perícias ditas regulares, que passaram a ser agendadas com tempo de espera de 2 meses ou mais, quando a média em Brasília era de 20-30 dias.

Tal efeito se atribui, naturalmente, ao aumento da quantidade de perícias e, sobretudo, ao fato de que as perícias de revisão passaram a ser prioridade nas agências da Previdência Social, haja vista representarem bônus remuneratório aos peritos.

A já apelidada Medida Provisória da Morte tem gerado desdobramentos preocupantes, notadamente quanto ao prejuízo de agendamento das perícias médicas.

Embora a MP739 já tenha perdido a validade, o presidente Michel Temer formalizou, na segunda-feira, dia 07/11/2016, o envio do Projeto de Lei 6427/16 para substituí-la. O PL, com o mesmo texto da MP, tramita em caráter de urgência na Câmara dos Deputados. Na exposição de motivos, é mencionada a necessidade de se rever os auxílios-doença de longa data, para eventualmente convertê-los em aposentadoria por invalidez, bem como o intuito de se reduzir a judicialização de demandas sobre auxílio-doença

e aposentadoria por invalidez. Na prática, o que se observou, foi um aumento significativo de ações judiciais para corrigir as injustiças perpetradas pelas perícias de revisão, bem como pelo indeferimento e cessação prematura de benefícios, sem chance de recurso administrativo.

**Leia o artigo completo no portal [bancariosdf.com.br](http://bancariosdf.com.br).**



**JANAÍNA BARCELOS**  
da Boch Advogados, é assessora jurídica do Sindicato

### Atendimento da assessoria jurídica de saúde ampliado

Com a notícia da revisão de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez do INSS, um grande número de bancários procurou o Sindicato em busca de orientação sobre a cessação de benefícios. Para suprir a demanda, o Sindicato ampliou o horário de atendimento das advogadas da área de saúde. Os interessados devem agendar previamente um horário na Central de Atendimento (3262-9090).